

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/27236	35585/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DPO - DM - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de Minuta de Acordo de Mutação Dominial de um troço da EN103 e respetiva Estimativa Orçamental, no valor total 284.577,00€, pela Infraestruturas de Portugal, bem como Análise Técnica por parte da DMOSM, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL

O Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, estabelece, designadamente no preceito do artigo 13.º, n.º 1, que as estradas não incluídas neste Plano devem integrar as redes municipais.

O mesmo diploma legal estabelece que as estradas serão integradas nas redes municipais após intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante acordo equitativo com a respetiva autarquia.

Não tendo sido realizadas obras de conservação para a reposição do bom estado de utilização, as partes acordaram na fixação de um valor para que tal requalificação possa vir a ser realizada diretamente pelo município na prossecução de uma atribuição própria em resultado de a estrada ser transferida de imediato logo após a homologação do acordo de mutação dominial.

Neste contexto, a mutação dominial representa um mecanismo de descentralização e subsidiariedade para a autarquia local.

A integração destas estradas nas redes municipais é feita mediante acordo a celebrar entre o município interessado e, no presente, a Infraestruturas de Portugal, S.A., por ter sucedido à Estradas de Portugal, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

Neste âmbito, conforme resulta das Bases da concessão da rede rodoviária nacional, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, designadamente do n.º 1 da Base 7-A, aditada pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, a Infraestruturas de Portugal, S.A. deve celebrar protocolos de transferência para a tutela das respetivas autarquias de todas estas vias.

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, estabelece, no artigo 40.º, que as estradas que deixem de pertencer total ou parcialmente à rede rodoviária nacional para integrar uma rede municipal devem ser transferidas para a titularidade do respetivo município.

As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas – artigos 2.º, 3.º e 23.º da Lei 75/2013, de 12/09, na redação dada pela Lei 50/2018, de 16/08.

As atribuições dos municípios compreenderem a administração das respetivas redes de infraestruturas viárias – idem e artigo 15.º/2 da Lei 10/90, de 17/03.



As vantagens de nos termos da celebração de um acordo equitativo se proceder de imediato à integração do troço de estrada no domínio público da autarquia, operando-se totalmente a desoneração da IP relativamente a esse troço de estrada, com a consequente libertação de meios humanos e técnicos, ao mesmo tempo que permite uma melhor gestão pela autarquia, articulando a intervenção na estrada com necessidades locais, como a implantação de equipamentos e infraestruturas municipais.

A inexistência de tutela de mérito sobre as autarquias locais; a tutela constitucionalmente prevista é meramente administrativa e consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos, que é exercida nos casos e segundo as formas previstas na lei – artigo 242.º da CRP.

Assim,

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 13.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e do artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. aprovou o Acordo de Mutação Dominial, nos termos da comunicação com a ref.^a _____, de ____ de 2025;

Atento ao artigo 25.º, n.º 1, alínea q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e à correspondente autorização prévia da Assembleia Municipal de Braga conforme resulta da ata de ____ de _____ de 2025;

Acrescendo ainda as disposições do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee) e do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;

Tendo a minuta do acordo que ora se vai celebrar sido aprovada pelo Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A., em reunião de ____ de _____ de 2025 e pela Câmara Municipal de Braga, em reunião de ____ de ____ de 2025.

É celebrado entre:

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada pela Senhora Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dra. Maria Amália Almeida, com poderes para o ato nos termos do disposto no ID 1.2 do Quadro da Delegação de Poderes e Subdelegação de



Poderes aprovada pela Deliberação CAE _____daqui em diante designada por **IP**

E

O **Município de Braga**, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, doravante designado por **MB**.

O acordo de mutação dominial, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente acordo tem por objeto a integração na rede viária do **MB** do troço de estrada da EN103 entre o km 38,180 e o km 39,532 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são respetivamente: -26.005, 207.325 e -25.257, 208.156), na extensão de 1,352 km, conforme o esboço corográfico que constitui o anexo I ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Situação do troço de estrada a transferir

O troço de estrada identificado no n.º 1 da Cláusula 1.^a não está incluído no Plano Rodoviário Nacional e está sob tutela da **IP** nos termos estabelecidos no artigo 13.º, n.º 3 do Plano Rodoviário Nacional.

Cláusula 3.^a

Mutação dominial

1. A **IP** declara entregar ao **MB** e este declara receber o troço de estrada referido na Cláusula 1.^a, que integra o domínio público rodoviário municipal.
2. Para os efeitos do número anterior, a transferência abrange o terreno ocupado pela estrada e seus elementos funcionais, abrangendo a faixa de rodagem, as bermas, as obras de arte, as obras hidráulicas, as obras de contenção, os túneis, as valetas, os separadores, as banquetas, os taludes, os passeios, as vias coletoras, as infraestruturas de iluminação, de demarcação, sinalização, segurança e proteção



ambiental e, bem assim, as gares, árvores e demais plantas, com exclusão das parcelas de terreno sobrantes.

Cláusula 4.^a

Estado do troço de estrada a transferir

1. A **IP** declara que o troço de estrada objeto de mutação dominial ao abrigo do presente Acordo, apresenta condições de circulação de pessoas e bens compatíveis com a continuidade da sua abertura ao tráfego.
2. O **MB** declara conhecer as condições de circulação de pessoas e bens do troço de estrada objeto da mutação dominial ao abrigo do presente Acordo, e aceita que as mesmas são compatíveis com a continuidade da sua abertura o tráfego.

Cláusula 5.^a

Canal Técnico Rodoviário

1. A transferência do troço referido na Cláusula 1.^a exclui a infraestrutura de canal técnico rodoviário destinada a alojar ativos de redes de telecomunicações, e que se mantém sob administração da **IP**.
2. Para efeitos do número anterior, caso haja necessidade de intervir na infraestrutura de canal técnico rodoviário, a **IP** articulará com o **MB**, a data e os termos em que se efetuará essa intervenção.

Cláusula 6.^a

Reposição em bom estado conservação

Para fazer face à reposição em bom estado de conservação do troço de estrada identificado na Cláusula 1.^a, as partes acordam ser necessária a realização de obras no valor total 284 577,00€ (duzentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e sete euros), de acordo com o Anexo II.

Cláusula 7.^a

Comparticipação financeira

1. Nos termos do presente acordo, como contrapartida financeira pela integração do troço referido na Cláusula 1.^a no domínio público rodoviário municipal, tendo em vista a reposição prevista na Cláusula 6.^a, a **IP** pagará ao **MB** o valor de 284 577,00€



(duzentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e sete euros), não sujeito a IVA, nos termos das disposições do número 2 do artigo 2º do Código do IVA.

2. Para efeitos do cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, e do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, o compromisso associado ao encargo financeiro assumido pela **IP**, será atribuído de acordo com os procedimentos instituídos na **IP** e comunicado com a assinatura do presente Acordo.
3. O número do compromisso associado ao encargo financeiro assumido pela **IP** é o _____, o qual deve constar de toda a faturação relativa ao presente acordo.
4. A comparticipação da **IP** destina-se aos trabalhos que foram enquadrados como obra rodoviária

Cláusula 8.^a

Condições de Pagamento

A contribuição da **IP** é paga numa única parcela, por transferência bancária no prazo de 60 (sessenta) dias, com a receção da fatura emitida pelo **MB**.

Cláusula 9.^a

Tribunal de Contas

Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, o presente Acordo não está sujeito a fiscalização prévia.

Cláusula 10.^a

Incumprimento

1. O incumprimento das obrigações de qualquer das partes confere, à parte não faltosa, o direito de exigir o cumprimento ou reparação dos danos sofridos, em prazo razoável e adequado às circunstâncias e, se aquela o não fizer no prazo fixado, esta pode rescindir o presente acordo, sem prejuízo do direito às indemnizações a que houver lugar, nos termos gerais do direito.
2. No caso de transmissão de qualquer facto que possa configurar cumprimento defeituoso ou incumprimento de obrigação, deve o mesmo, ser comunicado por carta



registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.

3. Em caso de resolução, a respetiva intenção deve ser comunicada por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.

Cláusula 11.^a

Correspondência

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, é efetuada por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **MB** remeter à **IP** deve ser efetuada para:
Infraestruturas de Portugal, S.A.
Direção de Serviços da Rede e Parcerias
Praça da Portagem
2809-013 Almada
drp@infraestruturasdeportugal.pt (A/c Departamento de Processos Especiais e Parcerias)
- b. A faturação emitida pelo **MB** à **IP** deve ser remetida para:
Infraestruturas de Portugal, S.A.
Direção Financeira
Praça da Portagem
2809-013 Almada
1fornecedores@infraestruturasdeportugal.pt
- c. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **MB** deve ser efetuada para:
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4700-435 Braga

Cláusula 12.^a

Dever de colaboração

1. O **MB** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, no âmbito do presente acordo, em especial no que se refere ao seguinte:
 - a) Cumprimento de obrigações legais;
 - b) Formalização de situações constituídas;
 - c) Prestação de informação;



- d) Fornecimento de documentos;
 - e) Defesa dos interesses das partes perante terceiros.
2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.

Cláusula 13.^a

Responsabilidade civil

O **MB** assume perante a **IP** e perante terceiros a responsabilidade por quaisquer danos emergentes de atos de gestão pública ou de gestão privada, direta ou indiretamente relacionados com a execução do presente acordo, bem como da atuação dos seus órgãos, funcionários, agentes, representantes, empreiteiros, e outros prestadores de serviços, ainda que com mera negligência.

Cláusula 14.^a

Vigência

1. O presente acordo entra em vigor no dia seguinte à data do despacho de homologação do mesmo pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas rodoviárias, tendo como limite máximo de vigência a cessação da obrigação de pagamento da comparticipação financeira por parte da **IP**.
2. A entrada em vigor do presente acordo opera *ipso facto* a transferência, da **IP** para o **MB**, do troço de estrada identificado na cláusula 1.^a, sem necessidade de qualquer ato, formalidade ou documento complementar.

Cláusula 15.^a

Contagem dos prazos

Para efeitos de contagem dos prazos estabelecidos no presente acordo, são aplicáveis as seguintes regras:

- a. Não se inclui na contagem do prazo, o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa



data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;

- d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 16.^a

Foro

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Acordo e que não possam ser resolvidos por acordo entre as partes, são dirimidos com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Almada, de _____ de 2025

Infraestruturas de Portugal, S.A.

(_____)

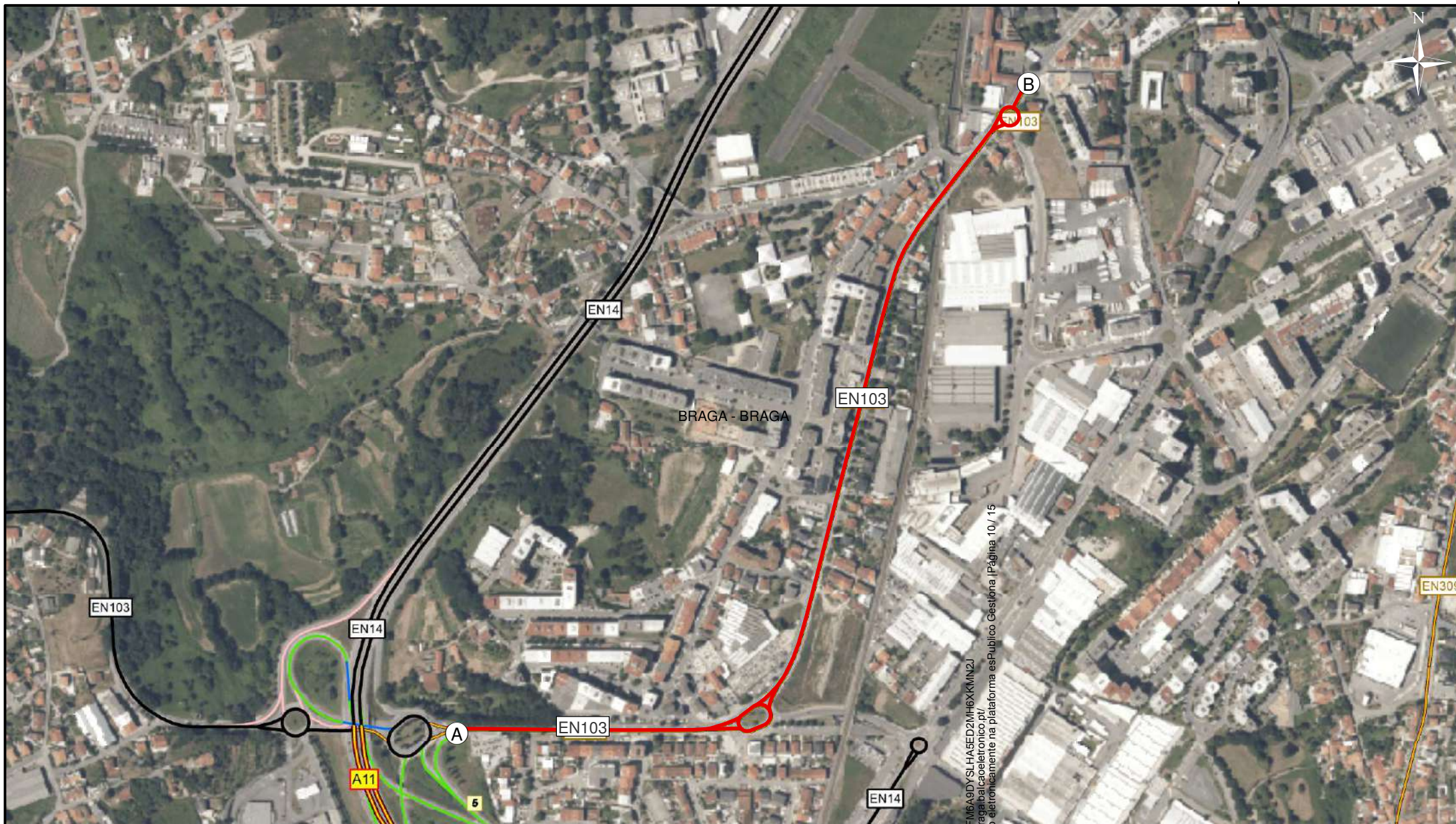
Município de Braga

Ricardo Rio
(Presidente da Câmara Municipal)

Anexo I – Esboço corográfico

Anexo II– Estimativa para reposição do bom estado de conservação





-24985



Infraestruturas
de Portugal

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DA REDE E PARCERIAS

Esboço Corográfico 1:6 500

DESIGNAÇÃO :
Acordo de Mutação Dominial entre a IP e o Município de Braga

DISTRITO :
Braga

CONCELHO :
Braga

SISTEMA DE COORDENADAS: Elipsóide GRS80 - Projeção Transversa de Mercator - Datum ETRS89

GENDA:

(A) EN103 - km 38+180
(X=26.005; Y=207.325)

(B) EN103 - km 39+532
(X=25.257 ; Y=208.156)



AUTOR: RP-PP

DATA:27/02/2025

ANEXO I

 Troço a transferir

PÁGINA 1/1

Anexo II - Estimativa para reposição do bom estado de conservação

Estrada	Município	Extensão (Km)	Km Inicial	Coordenadas	Km Final	Coordenadas	Segmentação Rede	Largura (m)	Qualidade do Pavimento	Valor (€)
EN 103	Braga	1,352	38+180	-26 005; 207 325	39+532	-25 257, -208 156	S1	9	Requer Atenção	284.577



Código Validação: 3FM6A9DYSLHASED2MH6XKMN2J
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 11 / 15

Assunto: **ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL EN 103 km 38+180 a km 39+532**
AVALIAÇÃO DO CUSTO DE INTERVENÇÃO A CURTO/MÉDIO PRAZO

INFORMAÇÃO

1. ESTADO ATUAL



Troço da EN103 a desclassificar (extensão aprox.1350 ml)

O pavimento rodoviário apresenta o nível de degradação esperado face aos anos que se encontra em serviço e o elevado volume de tráfego (pesado e ligeiro) que diariamente circula neste troço da EN 103.

Tipologia das patologias:





Fissuração longitudinal (generalizado)



Desagregação (pontual);



Fissuração tipo pele de crocodilo;





Desgaste da camada superficial (pontual)

2. AVALIAÇÃO DO CUSTO DE INTERVENÇÃO

Troço	Extensão (ml)	Largura média	Área
EN103	850	9	7.650 m2

Tipologia de intervenção

Tipo 1	70,00 €	m2	F+TV+R+L+D
Tipo 2	55,00 €	m2	F+R+D
Tipo 3	37,00 €	m2	F+D

F – Reforço do leito de fundação

TV – Substituição da camada de base granular

R – Aplicação de camada de base betuminosa

L – Aplicação de camada de ligação betuminosa

D – Aplicação de camada de desgaste



Proposta de intervenção:

Tipologia de intervenção	% intervenção	Área ponderada	Custo
Tipo 1	0%	0	- €
Tipo 2	0%	0	- €
Tipo 3	100%	7650	283 050,00 €
		TOTAL	283 050,00 €

Resumindo, face ao estado geral de conservação dos pavimentos, prevê-se, no horizonte máximo de 5 anos, a necessidade de investir cerca de **283.050,00€** na requalificação e manutenção deste troço de via.

Notas:

- Esta estimativa não inclui necessidades de investimento ao nível do reforço e/ou manutenção da rede de águas pluviais tutelada pela IP, reforço de rede de iluminação pública, manutenção de áreas pedonais e de espaços verdes.
- Os custos apresentados foram obtidos com base nos valores unitários correntes de mercado, pelo que poderão sofrer significativas alterações decorrentes da flutuação destes.
- As quantidades apresentadas, nomeadamente a extensão de via, resulta dos elementos fornecidos pela entidade gestora IP.

Braga, agosto 2025

